



Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de Educação.

CAPITAL PORTADOR DE JUROS E FUNDO PÚBLICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL

MARIA CLARA DE ARRUDA BARBOSA¹

Resumo: O trabalho ora apresentado tem como objeto de análise a relação entre fundo público e o capital que porta juros, no âmbito da financeirização da educação em nível superior no Brasil, especialmente por meio de renúncias fiscais e programas de financiamento estudantil. Tal abordagem se constrói a partir do entendimento de que estes processos, não se realizam por questões exclusivas e endógenas no âmbito de uma política de governo, mas ao contrário, são determinados pelo movimento amplo de produção e reprodução das relações sociais.

Palavras-chave: Fundo Público; Educação Superior; Capital

Resumen: El trabajo presentado aquí tiene como objeto de análisis la relación entre fondo público y el capital que porta intereses, en el marco de la financierización de la educación a nivel superior en Brasil, especialmente por medio de renuncias fiscales y programas de financiamiento estudiantil. Tal enfoque se construye a partir del entendimiento de que estos procesos no se realizan por cuestiones exclusivas y endógenas en el ámbito de una política de gobierno, sino que, por el contrario, son determinados por el movimiento amplio de producción y reproducción de las relaciones sociales.

Palabras claves: Fondo Público; Educación Superior; Capital

I-INTRODUÇÃO

A única parte da chamada riqueza nacional que é realmente objeto de posse coletiva dos povos modernos é (...) a dívida pública (MARX, 1985, P.872)

O presente trabalho é fruto de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana- UERJ, onde sou doutoranda. Temos como objeto de análise a relação entre fundo público e o capital que porta juros, no bojo da financeirização da educação em nível superior no Brasil, especialmente por meio de renúncias fiscais e programas de financiamento estudantil.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: < claraarruda.rj@gmail.com >

Pretendemos analisar a transferência de recursos do fundo público para o fundo de acumulação de capitais por meio do Proles² ProUni, e Fies, considerando a totalidade que circunda a financeirização da educação superior privada, trazendo dados concretos acerca da expansão do ensino superior mercantil bem como sua relação com o fundo público.

Nossa vivência política e profissional não permite desconsiderar os impactos deste movimento ante a precarização do trabalho docente e qualidade do ensino, bem como a reflexão do real impacto desta expansão no cotidiano das classes subalternas especialmente por meio de análise de dados relacionados à conclusão do curso e inserção no mercado de trabalho dos egressos. Tais prismas são elementos constitutivos da totalidade do objeto que temos observado.

A justificativa deste estudo centra-se na necessidade de compreender a conjuntura referente ao espaço de tempo entre 2003 e 2018³. Parece-nos claro, que a totalidade que circunda a expansão da educação superior privada no Brasil neste período, insere-se no bojo de transformações políticas e econômicas emblemáticas, que carecem de investigação mais aprofundada.

O interesse pessoal acerca da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o processo de financeirização e expansão da educação

²**O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)**, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. (<http://portal.mec.gov.br>, acessado em 29 de janeiro de 2018)

O ProUni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (<http://siteprouni.mec.gov.br> acessado em 29 de janeiro de 2018)

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Fonte: (sisfiesportal.mec.gov.br)

³O ano de 2003 foi marcado pela emergência de um novo bloco (histórico) organizador do sistema político brasileiro pós-PSDB. A ascensão do PT destaca-se por diversos fatores, dentre os quais cabe mencionar as mudanças significativas nos rumos da educação superior no Brasil. Consideramos importante perceber os desdobramentos de tais impactos desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, considerando as continuidades e rupturas nos governos de Dilma Rousseff até a ascensão de Michel Temer e seus efeitos devastadores até o final de 2018.

privada superior, emerge, especialmente a partir de minha experiência profissional enquanto docente em uma instituição dessa natureza desde 2012. Tenho observado *in loco*, as transformações pautadas a partir das alterações no âmbito da gestão institucional, bem como as transformações políticas e econômicas no Estado brasileiro e os respectivos impactos no processo de trabalho, diretrizes curriculares e normativas administrativas, além de inúmeras demissões.

Neste sentido, caberá respondermos dentre outras, as seguintes indagações: o investimento público na educação superior privada foi capaz de alterar o cotidiano da população pobre em que medida? Em que pilares ancorou-se a expansão do setor educacional superior privado no Brasil? Qualitativa e quantitativamente como se tem operado a transferência de recursos oriundos do fundo público para a financeirização da educação superior? Quais os impactos do retrocesso constatado após a ascensão de Michel Temer a presidência da república?

No lastro dos subsídios oferecidos pelo Estado aos oligopólios da educação superior no Brasil, merece destaque a solidificação destes no mercado de ações.

Compreendemos o processo de financeirização do capital na educação superior no bojo de um movimento amplo e complexo, expressão de importantes modificações no padrão de acumulação capitalista em todo o mundo.

II-DESENVOLVIMENTO

Evolução da educação superior privada no Brasil: algumas considerações

Como exposto no movimento analítico empreendido anteriormente, o método que orienta este estudo é o materialismo histórico- dialético⁴, recorrendo a

⁴ O materialismo histórico dialético consiste na interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. Refere-se, sobretudo à materialidade e à concreticidade. Cabe acentuar que, a dialética que aparece no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto, radicalmente oposta ao “idealismo” de Hegel. Para Marx, Hegel trata a dialética no plano do espírito, das ideias, enquanto o mundo dos homens exige sua materialização.

categorias⁵ de análise da obra marxiana e de autores da tradição marxista, destacando aqui algumas categorias fundamentais como *capital portador de juros*, *capital fictício*, *juro*, *lucro*, *valor*. Numa aproximação histórica da realidade, que também constitui ponto de partida da investigação pretendida, a pesquisa define dimensões mais fenomênicas como aumento da dívida pública e precarização do trabalho docente, na perspectiva de prosseguir o rico movimento dialético, com vistas à construção da síntese – como concreto pensado –, a reprodução no plano do pensamento da realidade concreta.

Cabe retomarmos, ainda que brevemente, alguns marcos históricos na trajetória do crescimento do ensino superior privado no Brasil quem tem início décadas antes do espaço de tempo que nos propomos a analisar em nossa pesquisa. Mas especificamente, o ano de 1969 é emblemático por ter registrado, segundo o Censo da Educação, o último ano até então, em que as matrículas na educação superior pública ultrapassaram o número de matrículas na educação privada, isto é 185 mil matrículas públicas, correspondente a 53,87% do total. Somente em 1970- não por acaso- começa efetivamente a guinada das universidades privadas. Neste ano as matrículas em instituições de educação superior (IES) privadas passam a 50,5% do total de matrículas. A partir daí, e beneficiadas pela reforma do ensino superior de 1968, entre outros fatores, as IES privadas mantiveram taxas de crescimento muito superior às públicas, tendência que se manteve constante.

Isto é, no bojo da "autocracia burguesa" (NETTO, 2007) onde se destacou a expansão do ensino superior privado, sob a égide da ditadura, reafirmou-se o consenso que assegurou um novo significado a este seguimento educacional, bem como às políticas sociais - redução de investimentos do Estado. Desse modo, a privatização da Educação Superior no Brasil pauta-se no contexto de inserção dos países periféricos na economia mundial. Em linhas gerais, trata-se do fortalecimento do setor privado em detrimento da precarização das Universidades públicas.

Segundo Draibe (1993),

⁵ Nesta conexão encontram-se articuladas três categorias teórico-metodológicas: *totalidade*, *contradição* e *mediação*.

Ver: LUKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Não há um corpo teórico neoliberal específico, capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político. As “teorizações” que manejam os assim ditos neoliberais são geralmente emprestadas do pensamento liberal ou de conservadores e quase que se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. E, derivadamente, do Estado mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos (DRAIBE, 1993, p.88).

A década de 1980 caracteriza-se pela retração da atividade econômica, que resultou na redução da capacidade de investimentos do Estado em todas as áreas e, em especial, na educação superior. Diante disso, limita-se o processo de expansão da rede federal de educação superior e, em contra partida, as matrículas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) mantiveram-se estancadas com marca de 315 mil. Essa perspectiva também influenciou o setor privado, ao passo que, durante a década de 1980 o crescimento das matrículas foi de 5,6%.

A nova onda expansionista do setor de educação privada só ocorreria no período 1997-2003, quando então houve crescimento de 132% das matrículas em cursos de graduação presenciais. O aumento anual das matrículas durante esses anos transitou entre 11,4% e 17,5%%. Concomitantemente, o número de instituições privadas ampliou-se de 764 IES em 1998, para 1.789 IES, em 2004. Isto é, um aumento de 160%.

A tabela 1 auxilia na elucidação acerca da retomada do crescimento a partir do número de matriculados especialmente a partir de 1999 -65,0% chegando ao ápice em 2003 quando atingiu 70,8%.

Ano	Pública *	Privada	Total	%Privada/Total
1981	535.810	850.982	1.386.792	61,4%
1994	690.450	970.584	1.661.034	58,4%
1999	833.093	1.544.622	2.377.715	65,0%
2003	1.136.370	2.750.652	3.887.022	70,8%

Fonte: MEC/INEP/SEEC. Censo da Educação

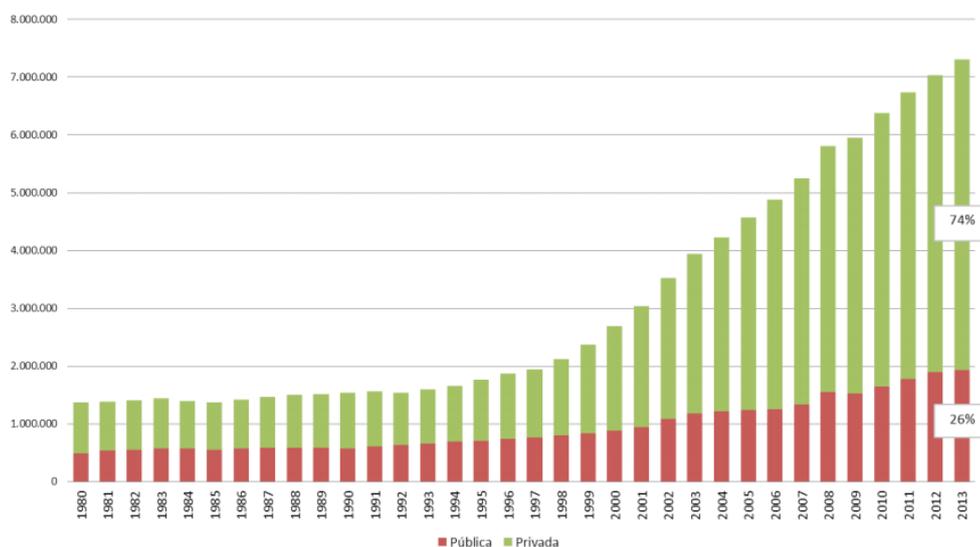
A análise acerca da oferta de cursos de graduação entre 1993 e 2003 também confirma a expansão, conforme aponta a tabela 2. Entre o referido espaço de tempo houve um salto de 5.562 para 16.453 no número de cursos de graduação oferecidos pelas Universidades privadas, um crescimento equivalente a 85%.

Ano	Pública *	Privada	Total	%Privada/Total
1994	2.412	3.150	5.562	56,6%
1995	2.782	3.470	6.252	55,5%
1996	2.978	3.666	6.644	55,2%
1997	2.698	3.434	6.132	56,0%
1998	2.970	3.980	6.950	57,3%
1999	3.494	5.384	8.878	60,6%
2000	4.021	6.564	10.585	62,0%
2001	4.401	7.754	12.155	63,8%
2002	5.252	9.147	14.399	63,5%
2003	5.662	10.971	16.453	65,6%

Fonte: MEC/INEP/Deaes, 2002 e 2003

Em suma, examina-se a expansão das instituições privadas no ensino superior nos últimos anos, especialmente a partir de 1999, sob influência da política educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso. Decerto, a ampliação do ensino superior foi alicerçada sob as perspectivas do processo de privatizações.

Figura 1. Gráfico da evolução das matrículas nas IES públicas e privadas no Brasil: 1980-2013



Fonte: MEC/INEP (2013).

Logo, o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas deu-se com auxílio do incentivo público, sob o argumento da efetivação da democracia.

Cabe mencionar que no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, foram registradas 3,48 milhões de matrículas no ensino superior brasileiro, ao passo que, em 2015, os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2016), contabilizaram 8,03 milhões de matrículas. O crescimento do número de instituições matriculas e cursos foi significativo e aprofundou a tendência de concentração dos estudantes em instituições privadas, esta lógica consolida-se durante dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003-2017.

Analisando a conjuntura atual, ainda que o número de vagas no ensino superior brasileiro esteja aquém do necessário para abranger os jovens em idade entre 17 e 25 anos que concluem o Ensino Médio, é preciso pontuar os avanços constatados no período correspondente aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no que tange ao aumento do número de vagas- mesmo tratando de um processo complexo dotado de contradições que pretendemos demonstrar em nossa pesquisa

Atualmente, as universidades privadas concentram 75,6% do total de matrículas no Brasil contra 24,7% das entidades estatais. Ou seja, em 2016, havia 6.058.623 estudantes matriculados em universidades particulares e outros 1.990.078 em instituições geridas pelo Estado, segundo o Censo da Educação Superior de 2016, estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ainda que os dados tenham sido demonstrados ainda de maneira parcial é nítido que o processo de mercantilização e financeirização do setor ensino superior privado, sendo especialmente viabilizado pelas políticas neoliberais desde o início dos anos 1990, atingindo o ápice nos governos dos partidos dos trabalhadores (PT). é de suma importancia , detalhar em nossa pesquisa a passagem de um modelo ainda concorrencial para a concretização até as grandes fusões e seus impactos na bolsa de valores, conforme elucidaremos melhor a seguir .

2.2- Capital Financeiro, Estado e os conglomerados educacionais

Em face de uma nova conjuntura histórica de crise do capitalismo, as últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas transformações nas relações sociais de produção que acirraram as expressões da questão social e conduziram à abertura para “uma nova etapa do processo de acumulação capitalista marcada pela ascensão do capital financeiro” (CHAVES & AMARAL, 2016, p. 52).

Ao passo que as forças produtivas e as relações de produção entram em dissonância, o Estado passa a impor a outras esferas da vida econômica e social ações com vistas à “resolução” das situações críticas, ou seja, das crises. Nesse sentido, as implicações impostas às classes subalternas, pouco são consideradas, tendo em vista que, “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as conseqüências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (MÉSZÁROS, 2002, p.251).

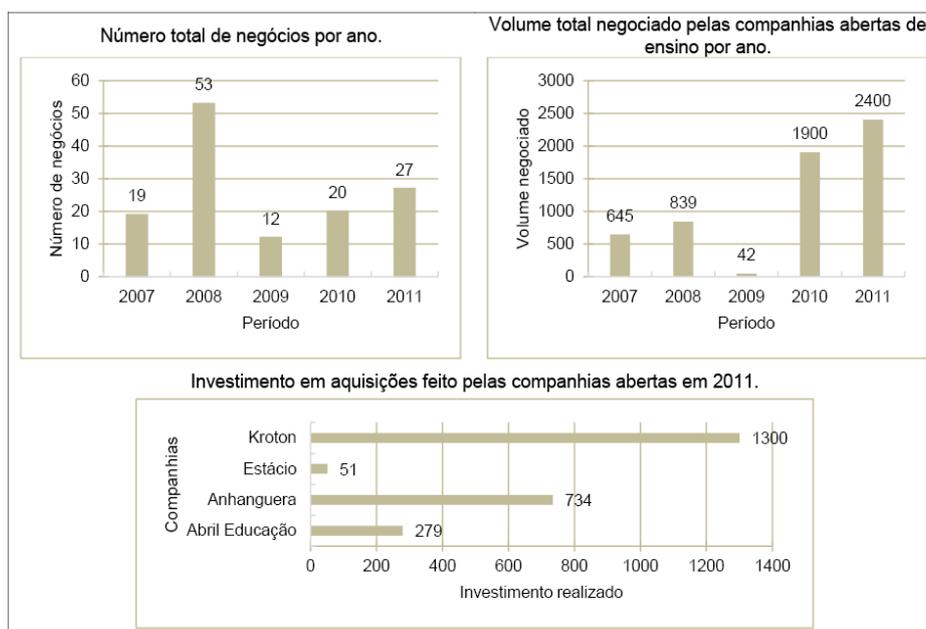
O receituário neoliberal⁶ abarcado pelo amplo processo de privatizações, desregulamentação do mercado, flexibilizações e o intitulado “estado mínimo”, é parte de um processo no qual as conseqüências para as políticas sociais são as piores possíveis, aos supérfluos ao Capital restam programas focalizados ou a repressão (IAMAMOTO, 2001, p.44). Como sabemos a década de 1990 no Brasil foi marcada pela “Contra-Reforma do Estado” (BEHRING, 2003), etapa fundamental para a implementação do projeto neoliberal que consolidaria um novo panorama de administração do Estado brasileiro, com ênfase nas privatizações

⁶Perry Anderson (1995) sustenta que o neoliberalismo foi um fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. Nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Embora tenha surgido entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o neoliberalismo passou a ser implementado no Brasil somente em meados da década de 1990, saltando aos olhos suas características que guiavam-se sobretudo por um “descompromisso do Estado” ante ao setor social, com um papel crescente da iniciativa privada e das organizações não governamentais (SAVIANI,1996). Ainda que seja consenso na literatura crítica que se trata de mais um “reajuste”, uma tentativa de conter os impactos de mais uma crise cíclica do capital, autores como ANDERSON (1995) e SADER (2010), demonstram que, no que tange ao plano econômico, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado, inversamente a economia, socialmente o neoliberalismo alcançou muitos dos seus objetivos resultando em sociedades marcadamente mais desiguais. Todavia, sem dúvida o maior triunfo neoliberal refere-se ao campo Político e ideológico. “A força ideológica da direita vem do renascimento do liberalismo. Mesmo com o esgotamento do modelo neoliberal, sua expressão política parece sobreviver sem feridas, como se não tivessem relações umbilicais. A democracia reinstaurada no Brasil teve limites claramente liberais, que não alteraram as relações de poder – da terra, do dinheiro, da mídia - herdadas da ditadura, a tal ponto que foi vítima indefesa das políticas neoliberais, de mercantilizarão absoluta da sociedade, às quais foi funcional (SADER, 2010, p.2)”.

Diante disso, Vale (2011), sustenta que se operou nos últimos anos, com os recursos dos fundos educacionais, um verdadeiro sequestro em favor da acumulação dos capitais de grande porte. Na mesma direção Silva (2014), ao analisar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), concluiu que, juntamente com o Fies e o Prouni, evidencia-se como as transferências de recursos do fundo público foi central para formação das grandes empresas educacionais, tais como Kroton-Anhanguera, SER educacional, Estácio de Sá Participações.

Como já mencionamos nos anos 2000 as IES privadas, já estabelecidas no mercado e com lucratividade passam a diversificar a produção/serviço e realizar uma série de fusões e aquisições no setor, formando grupos e assegurando o monopólio quanto ao alunado (Gráfico 1).

Gráfico 1 . Gráficos representando as fusões e aquisições realizadas pelas IES privadas: 2007-2011



Fonte: KOIKE (2012).

A partir de 2007 o processo de financeirização intensificou-se, ao passo que, empresas como a Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Kroton Educacional, Sociedade Educacional Brasileira (SEB) e Colégio Oswaldo Cruz (COC) se consolidaram como os maiores grupos de ensino privado do país, ampliando o capital na bolsa de valores.

Conseqüentemente, consolida-se o processo de financeirização, pelo qual estes grupos passaram a receber e aplicar em ações um grande fluxo de capitais nacionais e internacionais ampliando a expansão dos respectivos grupos. Em síntese a educação superior privada concretiza-se como mercadoria atraente no fluxo dos mercados financeiros e de múltiplos bancos investidores com o objetivo de maximizar seus lucros por meio da valorização dos ativos na bolsa de valores.

Conforme aponta Chaves (2010, p. 16):

Essa expansão descontrolada do ensino superior privado está vinculada, no Brasil, a processos intensos da desnacionalização da educação. A entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional tem sido a marca desse processo. O grupo americano *Laureate* foi o primeiro a se tornar sócio de uma universidade brasileira, a Anhembimorumbi, em 2005. Desde então, vários outros grupos empresariais estrangeiros têm adquirido ações das empresas educacionais que atuam no ensino superior, como o GP Investimentos (que comprou 20% da Estácio de Sá); o UBC Pactual (que possui 38% das faculdades do Nordeste); o Fundo Pátria (com ações da Anhanguera); o *Capital Group* (que possui ações no Grupo Kroton) e, mais recentemente, o *Cartesian Group*, que adquiriu parte do grupo nordestino Maurício de Nassau.

Logo, conforme já apontamos, o processo de mercantilização e financeirização da educação superior privada, toma fôlego no contexto neoliberal desde o início dos anos 1990, passando por algumas fases distintas. A lógica concorrencial até meados de 2005 é substituída a partir da expansão que viabilizada uma série fusões e aquisições realizadas pelas instituições maiores e mais antigas no mercado. Organizam-se assim, grandes grupos de ensino superior privado com capital aberto na bolsa de valores. Este cenário é propício a precarização do ensino superior privado, dentre tantas outras contradições que pretendemos analisar ao longo de nossa pesquisa.

Constata-se, portanto, nos últimos anos o crescimento nas transferências de recursos do fundo público para grupos educacionais de ensino superior. A exemplo disso destacamos a Kroton-Anhanguera, que foi a empresa que mais recebeu pagamentos do governo federal em 2014. Doze mantenedoras do grupo receberam juntas mais de R\$ 2 bilhões - o dobro do que a Embraer e a Odebrecht.

III- CONCLUSÃO

É nítida a relevância da função desempenhada pelo Estado, ao passo que, constata-se um vertiginoso aumento das transações do Fies e Prouni ao longo dos anos. Nesse sentido merecem destaque: a desregulamentação e liberalização da legislação que regula o ensino superior privado e o crescimento dos programas que financiam as instituições particulares.

Logo, é fundamental situar o objeto de estudo no contexto da crise do capital e das estratégias desenvolvidas para seu enfrentamento, considerando a direção social, política e econômica assumidas pelo Estado, particularizando o contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a elaboração e implementação dos programas de financiamento estudantil (Proles ProUni, e Fies), como "resposta" ao déficit ante inserção na educação superior no Brasil. O estudo acerca do papel do investimento público na educação superior privada e seus desdobramentos na contemporaneidade exigem-nos uma apreensão crítica, capaz de investigar as múltiplas determinações que atuam no processo de financeirização da vida social na contemporaneidade. Neste sentido, nos alicerçamos na obra fundamental de Karl Marx – O Capital – que elucida as configurações do capital portador de juros em sua dinâmica de atuação e organização na sociedade burguesa. Toma-se como essencial a desmistificação desta forma de capital, a superação de sua aparência ocultada pelo fetiche inerente que mascara o processo real de produção de mais-valor no qual se aporta.

A análise ainda que inicial dos dados coletados nos permita afirmar que a liberalização e a flexibilização das regras para abertura de cursos e novas instituições, as isenções tributárias, as bolsas de estudos, os empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o PROUNI, FIES e os diversos estímulos fiscais, contribuíram de forma incisiva para a expansão da mercantilização do ensino superior.

Nesse sentido, nos parece que o comprometimento com uma educação superior efetivamente democrática, deve passar pela reflexão aprofundada ante a complexidade que engendra o processo de favorecimento do grande

capital atuante na educação superior privada, sob a forma do capital fetiche e portador de juros, bem como, a articulação do Estado, fundamental para sua valorização no bojo da concentração monopólica e financiamento das operações de mercado. O que certamente não equivale à supressão do reconhecimento ante aos avanços constatados nos últimos anos tampouco a desconsideração do amplo movimento do capital que submete os Estados Nacionais, não sendo esta uma exclusividade desta latitude chamada Brasil.

REFERÊNCIAS

ADVENT INTERNATIONAL (Estados Unidos). **Advent International**. 2017. Disponível em: <<https://www.adventinternational.com/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.

_____. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, I. et al.(Org.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004. p. 161-180.

BRAGA, Ryon; MONTEIRO, Carlos. **Planejamento estratégico sistêmico para instituições de ensino**. São Paulo: Hoper, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.595 de 19 de janeiro de 2012. BM&FBOVESPA**. Empresas listadas. 2017. Disponível em:<<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresalistadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=23248&idioma=pt-br>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária(Gastos Tributários). Brasília MF, 2011 [2011] Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005.>>. Acesso em: 19 fev. 2018

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária(Gastos Tributários).

_____. Ministério da Fazenda. 2012 [2012] Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária (Gastos Tributários).

_____. 2013. Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em: 19 fev. 2018

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária (Gastos Tributários). Brasília MF, 2014 [2014] Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em: 19 fev, 2018

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária(Gastos Tributários) Brasília MF, 2015 [2015] Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em: 19 fev. 2018

_____. Ministério da Fazenda MF Secretaria da Receita Federal do Brasil demonstrativos de gastos indiretos de natureza tributária(Gastos Tributários). Brasília MF, 2016 [2016] Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoesploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2018 BRASIL. Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil: o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p.205-225, out. 2016.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo, v.17, p. 86101, 1993.
ESTACIO Participações SA. **Mercado de Ensino**. Disponível em :
<<http://estacioparticipacoes.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/dividendos>>
A cessado em: 19 fev. 2018.

_____. **Demonstrações Financeiras padronizadas**- DFP- exercício financeiro de 2016. Disponível em: <http://estacioparticipacoes.com.br/pt-br/informacoesfinanceiras/dividendos>>. Acessado em: 19 fev, 2018.

_____. **Histórico de dividendos**. Histórico atualizado até 30 de set.2017. [2017][online]Disponível em : <http://estacioparticipacoes.com.br/pt-br/informacoesfinanceiras/dividendos>>. Acessado em: 19 fev, 2018.

FORUM das entidades representativas do Ensino Superior [...]. Orientações do Fórum- ProUni e Fies. 2012. Disponível em
<<http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/index.php/2013-08-19-04-12-30/item/orientacoes-do-forum-prouni-e-fies>>. Acessado em: 19 fev, 2018.

GENTILI, Pablo. Lula para principiantes. Disponível em:
<<https://www.pagina12.com.ar/106706-lula-para-principiantes>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

_____. **Escritos Políticos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. 1 v.

GUTIERREZ, M. **Kroton e Anhanguera passam a ser a 17ª empresa da Bolsa**. 04

Estadão, 2014. Disponível em:
<<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,aposfusaokroton-e-anhanguera-passam-a-ser-a-17-maior-companhia-da-bolsa,1523573>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

INEP. Censo da educação superior: 2013. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

_____. Censo da educação superior: 2016. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

KOIKE, B. Ensino chega a R\$ 2,5 bi em aquisições. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/1176138/ensino-chega-r-24-bi-em-aquisicoes>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

KROTON. Portal Ensino – Kroton Institucional. Disponível em <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. Comunicado ao Mercado Apresentações a analistas/agentes do mercado. 2017. Disponível em:<<http://www2.bmfbovespa.com.br/empresas/consbov/frmNBC.asp?protocolo=564556>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo** [1916]. São Paulo: Centauro Editora, 2010, p. 80.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro, Vol. I,

_____. **O Capital: Crítica da economia política**., 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, Vol. II

_____; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cursos de graduação crescem mais de 100% em cinco anos**. Censo da Educação Superior Notícias. 17 out. 2003. p. 4. Disponível em:<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news03_03.htm>. Acesso em: 17 nov. 2008.

_____. Informativo do Inep, ano 3, n. 91, 1 jun. 2005. p. 4. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/informativo/pdf/informativo91.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NEVES, Lucia; LIMA, Julio (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PERISSIOTTO, Renato. **“Por que golpe?”**. Disponível em: bit.ly/2DfYZLJ . Acesso: 9 mar. 2018.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria.** influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 3. ed. São Paulo; Florianópolis: Cortez; UFSC, 2009.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.